



NORMAS COMPLEMENTARES AO EDITAL No. 013/2017

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROFESSOR DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO INTEGRANTE DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL DA UFU/ FACULDADE DE MEDICINA.

CURSO: MEDICINA ÁREA VIII: MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

A presente norma complementar deve estar de acordo com o previsto no Edital Específico nº 013/2017 e Edital de Condições Gerais nº 001/2017 da Universidade Federal de Uberlândia, **de leitura obrigatória.**

Em caso de conflito entre estas normas complementares e o disposto no Edital Específico nº 013/2017 e Edital de Condições Gerais nº 001/2017 da Universidade Federal de Uberlândia devem prevalecer as disposições dos referidos editais.

Estas normas complementares incorporar-se-ão ao edital específico nº 013/2017, naquilo que com ele forem compatíveis.

1. DAS PROVAS E TÍTULOS

1.1. Prova Escrita: A prova escrita acontecerá **no dia 06 de agosto de 2017 às 7h40**, no Bloco 5R, no Campus Santa Mônica, na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, no Bairro Santa Mônica, na cidade de Uberlândia/MG – CEP: 38408-100, sendo que qualquer alteração será divulgada no site oficial da UFU (www.ingresso.ufu.br).

1.2. Prova Didática

1.2.1. - A prova didática será aplicada **na data, local e horário a serem divulgados em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo para o pagamento das inscrições**, no endereço www.ingresso.ufu.br.

1.2.2. Prova Didática Pedagógica: O candidato deverá entregar, a cada membro da Comissão Julgadora, o plano de aula que será apresentado na prova didática, constando referenciais bibliográficos e/ou materiais que serão indicados aos estudantes de graduação.

1.2.3. Será disponibilizado para o candidato Datashow, e caso solicitado, quadro branco e pincéis.

1.2.4. Caso o candidato necessite utilizar outros materiais/equipamentos, será de sua responsabilidade providenciá-los.

1.3. Análise de Títulos

1.3.1. A entrega dos títulos será feita **na data, local e horário a serem divulgados em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo para o pagamento das inscrições**, no endereço www.ingresso.ufu.br.



2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMAS	REFERÊNCIAS
Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. GUSSO, G.; LOPES, J.M.C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade – Princípios, Formação e Prática – Vol. I e Vol II. Rio Grande do Sul: Artmed Editora, 2012, 2222p.
Medicina Centrada na Pessoa e Clínica Ampliada	STEWART, M. Medicina Centrada na Pessoa - Transformando o método clínico - 2a Ed. São Paulo: Artmed; 2010. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada – 1. ed. 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 64 p.
Sistema Único de Saúde	BRASIL. Lei Nº. 8080/90, de 19 de setembro de 1990 . Brasília: DF. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 14 jun. 2017. BRASIL. Lei Nº. 8142/90, de 28 de dezembro de 1990 . Brasília: DF. 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm Acesso em: 14 jun. 2017. CAMPOS, G.W.S. et al., Tratado de Saúde Coletiva . Edição 2. ed. São Paulo: Hucitec; Ed. Fiocruz, 2008. PAIM J.S. O que é o SUS . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
Políticas Públicas de Saúde	COHN, A. O estudo das políticas de saúde: implicações e fatos. IN: Campos, Gastão Wagner (org). Tratado de Saúde Coletiva , 2 ed., São Paulo : Hucitec, 2012. GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C. CARVALHO, A, I (orgs.) Políticas e Sistema de Saúde no Brasil . 2a reimpressão. Brasília: Cebes, 2011.
Epidemiologia	ANDRADE, L.O.M., BARRETO, I.C. de H.C., CAVALCANTI, C.G.C.S. Modelos Assistenciais em Saúde no Brasil. In: ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde . Rio de Janeiro: MedBook, 2013. P. 473-479 FRANCO, L. J. PASSOS, A. D.C. (org.) Fundamentos de Epidemiologia . 2a. Ed. Barueri: Manole, 2011, 424 p.
Saúde do Trabalhador	BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho – Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde . Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 114. Brasília, 2001. Capítulos de 1 a 5 e PP. 535-556
Políticas de Promoção da Equidade	BRASIL. Políticas de promoção da equidade em saúde . Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 14p. CAMPOS, G.W.S. Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. Saúde e sociedade . Rio de Janeiro, RJ; v. 15; n.2; p. 23-33; 2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA



Território e Determinação Social da Saúde	FONSECA, A.F. (Org.) O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. NOGUEIRA, R.P. (Org.) Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.
Promoção em Saúde, Prevenção de Agravos e Educação Popular em Saúde	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPSSUS). Disponível em: <bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis>. Acesso em: 17 fev 2015. CZERESNIA, D., MACIEL, E. M. G. de S., OVIEDO, R. A. M. Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde no Século XX In: CZERESNIA, D., MACIEL, E. M. G. de S., OVIEDO, R. A. M. Os Sentidos da Saúde e da Doença. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 59-67. NORMAN, A. H. Prevenção quaternária na atenção primária à saúde: uma necessidade do Sistema Único de Saúde. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro. v. 25, n. 9, p. 2012-2020, Set. 2009.
Abordagem Familiar	ARANTES, A.o A. (org.) Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. CHAPADEIRO, C. A.; ANDRADE, H. Y. S. O.; ARAÚJO, M. R. N. de. A família como foco da atenção primária à saúde. Núcleo de educação em saúde coletiva (NESCON)/UFMG – Belo Horizonte, 2011, 96 p.
Violências	MINAYO, M. C. de S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 342 p.
Gênero e Sexualidade	BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília : Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2013. MACHIN, R.; et al. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. Ciência & Saúde Coletiva. São Paulo, n. 16, v. 11, p. 4503-4512, 2011.



3. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

3.1. Caso haja empate na nota final, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

I – o candidato que for enquadrado como idoso, nos termos dos arts. 1º e 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

II – Maior pontuação na prova didática;

III- .Maior pontuação no currículo.

Uberlândia, 13 de junho de 2017.